

# A FETICHIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Prof<sup>o</sup>. Dr. Ciro Bezerra  
Universidade Federal de Alagoas-UFAL

Prof<sup>a</sup>. Ms. Sandra Regina Paz  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da UFPE

## 1- Notas introdutórias

O fetichismo da mercadoria e a reificação da personificação das formas sociais são fenômenos sociais conexos na teoria social “prático-crítica” de Marx. Essas categorias esclarecem a coisificação societal que decorre da contradição entre as relações de produção e as formas sociais a elas correspondentes. Marx observou essa coisificação como uma característica específica da modernidade capitalista, do processo de reprodução sociometabólico do capital, como haveremos de demonstrar. Tal coisificação é extensiva às relações de produção e apropriação social do conhecimento. Mas o eixo dessa problemática é a dialética entre relações de produção e formas sociais. Por essa razão interessa discutir como essa dialética gera o fetichismo e a reificação das relações sociais de produção e explica a coisificação do conhecimento na modernidade capitalista<sup>1</sup>. Começemos, então, lembrando o que Marx concebe como mercadoria:

A mercadoria apresenta um duplo aspecto [isto é, uma ambivalência]: como valor de uso, não há nada de misterioso nela, quer eu a observe sob o aspecto de que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil [...] Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica (Marx, 1985a: 70).

Não é, portanto, ao transformar a forma bruta da natureza em coisa útil, visando reproduzir a sua existência, que o ser humano gera o fetichismo das relações de produção e a reificação das formas sociais quando as personifica; até então não há mistério e o resultado da atividade laboral não se manifesta como uma “coisa fisicamente metafísica”: o produto que atende à reprodução da existência é fruto do trabalho humano imediato. É na metamorfose

---

<sup>1</sup> A compreensão abstrata da categoria fetichismo e reificação é um passo decisivo para entender a característica da coisificação do conhecimento nas condições históricas da modernidade capitalista.

que transforma músculos, nervos, energias e as capacidades humanas em mercadorias que se põe o mistério.

Quando Marx fala em capacidades humanas ele admite a imanência do conhecimento nestas capacidades. Esta compreensão de Marx apresenta problemas que convém esclarecer, em função da reflexão que faremos sobre a coisificação da produção e apropriação social do conhecimento, considerando a teoria do fetichismo e da reificação. Tendo esse objetivo, sentimos a necessidade de introduzir a concepção de conhecimento de Hodgskin, que, diferentemente de Marx, lhe atribui autonomia e relevância nas relações sociais de produção, uma compreensão que está ausente da perspectiva marxiana. Mostraremos essa nuance a partir da tradução de Reginaldo Sant'Anna de O Capital de Marx, publicado pela Civilização Brasileira, em 1980.

Reginaldo Sant'Anna traduz a primeira oração do extrato de texto de O Capital de Marx, destacado acima, de forma diferente da tradução de Jacob Gorender. Ele lê o seguinte: “a mercadoria é misteriosa *por encobrir* [“ocultar”] características sociais do próprio trabalho dos homens” (Marx, 1980: 81). Mas, então, o “mistério ou metafísica das mercadorias” também “encobre e oculta” a produção e apropriação social do conhecimento que, através de um complexo processo de produção e apropriação social, realizado em específicas unidades por produtores específicos, acaba se transferindo às mercadorias.

É um fato para Marx “que o homem [ser humano] por meio de sua atividade [o trabalho humano] modifica as formas naturais de um modo que lhe é útil”. Ora, para “modificar as formas naturais” é necessário conhecimento, por mais rudimentar que seja a “modificação das formas naturais”. Mas, justamente, esse pressuposto, não foi explicitado por Marx como deveria. Para Marx, bastou-lhe considerar a importância do conhecimento na reprodução social das mercadorias admitindo-o como imanente à capacidade produtiva da força de trabalho. Esta é concebida como o “dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc., humanos”. O conhecimento está identificado nesse “etc.” que, em termos da análise “prático-crítica” do materialismo histórico não é tão significativo.

Marx não desconhece que o valor agregado “às formas das matérias naturais” pela força de trabalho compreende também o conhecimento. Que, efetivamente, o conhecimento é um importante insumo na valorização das mercadorias e, conseqüentemente, na valorização do capital. Apenas não desenvolveu teoricamente esse fato como poderia. Vejamos como ocorre o processo de fetichização do conhecimento na valorização do capital.

## 2- Fetichização do conhecimento na valorização do capital

A valorização do capital que ocorre na jornada de trabalho, que obedece ao tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias, pressupõe o conteúdo do conhecimento. É tal substância que se expropria da força de trabalho durante o processo de produção capitalista. Essa qualidade da força de trabalho é superior ao “dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos”. Não se trata de cobrar de Marx uma análise consistente sobre a produção social do conhecimento na modernidade capitalista, mas reconhecer que é insuficiente admitir que o conhecimento agregado pela força de trabalho ao capital, no processo de valorização, seja explicado pelo “dispêndio de cérebro”<sup>2</sup>. Esse reconhecimento foi destacado por Hodgskin, pensador inglês conhecido de Marx e citado diversas vezes em *O Capital* com apreço.

Hodgskin foi o primeiro a evidenciar a autonomia do conhecimento no processo de produção da modernidade capitalista. Ele observou o conhecimento como uma forma de riqueza produzida socialmente. Em seu opúsculo *A defesa do trabalhador contra as pretensões do capital*, publicado em 1825 por *Mcanic's Magazine*. Sua proposição é a seguinte:

É o trabalho que produz todas as coisas à medida que elas se fazem necessárias e a única coisa que pode [...] ser estocada<sup>3</sup> ou preparada previamente é a *qualificação do trabalhador* [a qualificação ou enriquecimento da força de trabalho pode ser acumulada sem causar desperdício ou prejuízo ao capital, ao contrário]. Se a *qualificação* do padeiro, do açougueiro, do criador [pecuarista], do alfaiate, do tecelão etc. não fosse previamente criada e estocada, as mercadorias que cada um deles produz não seriam obtidas, mas onde ela estiver presente tais mercadorias sempre poderão ser adquiridas, se desejadas (Hodgskin, 1986: 318).

Devem ter sido os objetivos de pesquisa de Marx e seus interesses teóricos que o impediram de considerar, como poderia as proposições de Hodgskin sobre o conhecimento; pois, como foi dito, Hodgskin aparece freqüentemente citado nas obras de maturidade de

---

<sup>2</sup> Nossa hipótese é que uma séria consideração do problema do conhecimento na valorização do capital levaria Marx a pesquisar como se efetiva a produção e apropriação social do conhecimento na modernidade capitalista.

<sup>3</sup> Hoje, mais do que na época de Hodgskin, sabemos que o conhecimento se revela como fluxo e não como “estoque”, mas essa característica não está completamente ausente da compreensão de Hodgskin, pois ele também admite que o conhecimento seja “preparado” e “acumulado”.

Marx. O fato é que Hodgskin, ainda no século XIX, reconheceu a importância do conhecimento na valorização do capital e vislumbrou toda a carga de expropriação que incidia sobre a força de trabalho. Ele tinha plena consciência desse fato num momento histórico muito distante de um mundo, como o nosso, que elevou o conhecimento ao primeiro plano na reprodução sociometabólica do capital. Por essa razão são inúmeros os sociólogos, historiadores, economistas etc. que anunciam o contexto contemporâneo como a era da sociedade capitalista do conhecimento<sup>4</sup>.

Hodgskin destaca como o capital e o Estado se articulam para preservar e garantir, legalmente, a expropriação do conhecimento pelo capital, que se desenvolve e se acumula nas atividades laborais dos produtores:

Através de nossa qualificação e conhecimento crescentes, o trabalho é hoje, provavelmente, dez vezes mais produtivo do que há duzentos anos atrás, e nós temos, certamente, que nos contentar com a mesma remuneração que o servo então recebia. Todas as vantagens do nosso progresso vão para o capitalista e para o senhor da terra. Quando negam qualquer participação nossa no aumento da produção e nós nos associamos para obtê-la imediatamente, somos ameaçados com punição sumária. Novas leis são brandidas contra nós e, se estas forem consideradas insuficientes, somos ameaçados com leis ainda mais severas (Hodgskin, 1986: 311).

Analisando a cadeia produtiva, a divisão e a produção social, assim como a realocação das mercadorias necessárias para garantir a reprodução da sociedade, Hodgskin visualiza diferentes tempos sociais necessários para atender à diversidade da demanda efetiva do capital, inclusive a demanda de produção e apropriação social do conhecimento na modernidade capitalista:

O tempo necessário para adquirir um conhecimento de qualquer espécie de trabalho qualificado de modo a praticá-lo vantajosamente (o que inclui quase todos os ofícios, quer gerem riquezas, quer simplesmente contribuam para o divertimento), é consideravelmente superior a um ano e, em muitos casos, a vários anos (Hodgskin, 1986: 319).

---

<sup>4</sup> Sociedade do Conhecimento ou, o que é mais preciso “sociedade capitalista do conhecimento”. Em defesa da perspectiva da “Sociedade do Conhecimento” destacamos três pensadores que atribuem valor indispensável à educação no processo de sua consolidação: Lyotard, J.F (1989) A condição Pós-moderna, Schaff, A. (1995) em seu livro Sociedade Informática e Castell, M. (2000) Sociedade em Redes v. I.

Não é apenas o conhecimento agregado à força de trabalho que se realiza a longo prazo, pois “enquanto ensinam o trabalho qualificado à nova geração e instruem seus filhos nos ofícios úteis, constroem-se [também] canais, estradas, docas, navios, máquinas a vapor” em tempo elástico (Hodgskin, 1986: 319). Mas Hodgskin não tem dúvidas: “entre todas as operações importantes que exigem mais de um ano para serem concluídas –o fato de elas serem todas importantes, no que diz respeito à produção de riquezas, não precisa ser realçado–, a mais importante, efetivamente, é a educação dos jovens e o ensino a eles do trabalho qualificado ou de algum ofício gerador de riqueza”. Portanto, enfatiza Hodgskin:

Desejo, particularmente, chamar a atenção do leitor para esta *operação produtiva*, porque, se as afirmações que já fiz forem corretas, todos os resultados habitualmente atribuídos à acumulação de capital circulante são oriundos da *acumulação e armazenagem de trabalho qualificado*, e porque esta operação de tão superior importância é executada, no que diz respeito à grande massa dos trabalhadores, sem *capital circulante* de qualquer espécie (Hodgskin, 1986:319, grifos do autor).

Essa clareza com que Hodgskin expõe o lugar do conhecimento na valorização do capital não foi aprofundada pela teoria social marxiana<sup>5</sup>. Muito antes de nós, ele percebera como o conhecimento-riqueza é subsumido às engrenagens da valorização do capital. A sociologia tem dado pouca atenção a essa natureza do conhecimento na contemporaneidade. Poucos questionam o que Hodgskin perguntara no século XIX: quem viabiliza e como se processa a reprodução societal do conhecimento-riqueza, do conhecimento-mercadoria, já que, por tal produção e apropriação social, as unidades econômicas do capital parecem não se responsabilizar diretamente? O próprio Hodgskin responde:

O trabalho dos pais produz e compra – com aquilo que recebem como *salário* – todo alimento e roupas que a nova geração de trabalhadores utiliza, enquanto aprendem aqueles ofícios por meio dos quais, doravante, produzirão todas as riquezas<sup>6</sup> da sociedade. Para a criação e educação de

---

<sup>5</sup> Em Marx o conhecimento ou foi fetichizado pela modernidade das relações capitalistas de produção, ou foi condensado à categoria força de trabalho, capacidade produtiva etc. Apenas com Gramsci a visão de Hodgskin foi levada a termo, embora Gramsci pareça desconhecer as reflexões de Hodgskin. Mas o problema do conhecimento para Gramsci não é o aspecto da produção/apropriação social do conhecimento na valorização do capital, não é um problema de sociologia econômica, mas de sociologia do trabalho e de sociologia da educação. Para Gramsci há um princípio educativo na atividade laboral, um princípio pedagógico que incide sobre a personalidade dos produtores, determinando a formação das personalidades. O princípio educativo pode formar produtores com personalidade subalterna ou autônoma. Esse princípio pedagógico do trabalho, em Gramsci é universal, existe em todas as atividades em que se desenvolve a laboralidade humana, tendo em vista uma necessidade prévia.

<sup>6</sup> Não se pode desdenhar o fato, que, “durante todo o longo período da primeira e da segunda infância”, os filhos também labutam para aprender os conhecimentos necessários para desempenharem no futuro alguma atividade útil e produtiva: estudar é trabalho. As atividades educativas são desempenhadas na primeira e segunda infância,

todos os futuros trabalhadores (naturalmente, não me refiro à educação *livresca*, que constitui a parte menos útil de tudo que precisam aprender), seus pais não possuem estoque armazenado além de sua própria **qualificação prática**. Sob a forte influência da afeição natural e do amor paterno, preparam, por meio de sua *labuta continuada, dia após dia e anos após anos, durante todo o longo período da primeira e da segunda infância de seus descendentes, esses futuros trabalhadores que os sucederão em sua labuta e em sua dura jornada, mas que herdarão sua força produtiva e serão o que eles são agora— os principais [e perpétuos] esteios do edifício social*<sup>7</sup> (Hodgskin, 1986: 319, grifos meus).

Além de ressaltar a importância que o conhecimento assume no contexto da modernidade capitalista, Hodgskin sublinha o caráter de classe da educação:

Seria melhor para os trabalhadores ficarem privados de educação do que recebê-la de seus patrões [o Estado e o capitalista], porque a educação, nesse sentido, não é melhor do que o adestramento dos animais que são subjugados pela canga [...] Os trabalhadores de Londres devem perseverar, como os de Glasgow, e fundar a nova instituição às suas próprias custas<sup>8</sup> (Hodgskin, 1986: 304).

Embora com todas as limitações de suas reflexões, que tem como referência o século XIX, parece-me que suas proposições não são desprezíveis ou infundadas. A reprodução e apropriação social do conhecimento ainda persiste sob um forte conteúdo de classe – questão que será tratada em um próximo artigo. Sobre a importância do conhecimento na valorização do capital, só agora, das três últimas décadas do século XX em diante, começam a despontar pesquisas que vislumbram o conhecimento como riqueza, como insumo estratégico na valorização do capital.<sup>9</sup>

---

sem qualquer remuneração pelo esforço empreendido; dedicam-se aos estudos por obrigação ou em função da necessidade de terem com o que contar para sobreviver quando adultos.

<sup>7</sup> Portanto, desde os tempos de Hodgskin, a reprodução societal do conhecimento se faz de forma privada; quando muito, estatal. A educação não é compreendida, decisivamente, como interesse público societal, acima do Estado e do mercado: as classes proprietárias pagam por ela e as classes subalternas vivem do seu refúgio.

<sup>8</sup> Hodgskin, junto com o escocês Robertson, fundaram em 1823 o instituto educacional da classe trabalhadora inglesa, o *Mechanic' Magazine*. Nesse instituto os trabalhadores aprendiam o que era indispensável para trabalhar nas indústrias inglesas: química, mecânica, ciência da produção e distribuição de riquezas. Foi nesse instituto que ele não só publicou o opúsculo referenciado acima, mas também proferiu várias conferências que posteriormente foram condensadas em uma outra importante obra publicada em 1827, *Economia Política Popular*, na qual fez críticas às teses de Ricardo, Malthus, Bentham, MacCulloch e Stuart Mill.

<sup>9</sup> Um importante autor que inaugura toda discussão acerca do valor econômico da educação e do conhecimento na valorização do capital é Schultz, em seu livro *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. A teoria do capital humano surgiu nos Estados Unidos na década de 50 com um grupo de estudos coordenado por Theodoro Schultz. O pressuposto dessa teoria é que um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação produz um acréscimo marginal na capacidade de produção. A disseminação dessa teoria constituiu,

Mas o conhecimento não se resume a enriquecer o capital. Uma outra descoberta importante sobre o conhecimento, como dito anteriormente, coube a Gramsci, que o concebeu como fator decisivo na formação da personalidade dos produtores e na organização da cultura moderna. Isto é, o conhecimento que valoriza e enriquece a força de trabalho potencial<sup>10</sup> do discente e, por conseguinte, o capital, também possui caráter ético-político: desenvolve a autonomia das pessoas, a capacidade de governar e dirigir. Isso não significa que a reflexão de como o conhecimento se metamorfoseia em mercadoria seja desnecessária. Além de investigar o problema ético-político do conhecimento, implica considerar, concomitantemente, o problema da produção e apropriação social do conhecimento na modernidade capitalista. O objeto específico desta reflexão abarca as relações sociais de produção e as formas sociais que se estabelecem no ambiente das “unidades culturais e sociais” ou instituições de ensino, que têm a função de socializar o conhecimento sistematizado historicamente.

Por tudo isso, cabe considerar o caráter conflitual da reprodução e apropriação social do conhecimento, reconhecer esse campo como campo de conflitos e disputas entre as classes fundamentais, dado que o conhecimento confere riquezas e poder a seus proprietários. Há diferenças na operação de socializar o conhecimento entre as unidades que têm a função de fazê-lo. Unidades que atendem a classes distintas da estrutura societal: as classes dirigentes e as classes subalternas que, na feliz expressão de Hodgskin, servem de “esteios do edifício social”. Nossa hipótese é que o conhecimento na modernidade capitalista sofre um processo de “mercadorização”.

### **3- A mercadorização do conhecimento na modernidade capitalista**

A mercadorização do conhecimento implica, de um lado, negar o conhecimento-riqueza às classes subalternas e, de outro, forjar o fetichismo do conhecimento através da reificação da personificação das formas sociais, que determinam a produção e apropriação

---

segundo Frigotto (1998), uma panacéia de solução das desigualdades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre os indivíduos. No Brasil, ela adquiriu impulso a partir do período do “milagre econômico”. Para uma análise crítica ver os estudos de Frigotto (1998).

<sup>10</sup> A categoria força de trabalho potencial discente e força de trabalho acabada docente foi desenvolvida a partir da pesquisa intitulada: *A ambivalência do conhecimento no projeto emancipatório do conhecimento: Marx e Gramsci* (2006).

social do conhecimento como mercadoria. É precisamente este processo societal que estamos denominando de coisificação do trabalho pedagógico, apoiando-nos na teoria social marxiana.

Na modernidade capitalista, ao contrário de a produção e apropriação social do conhecimento viabilizar a realização do projeto emancipatório na modernidade, objetivamente realiza a alienação, impondo da pedagogia a sujeição aos agentes socioeconômicos implicados nas relações de produção e apropriação do conhecimento e nas respectivas formas sociais em que essas relações se exprimem. Estão subsumidos a esta mesma dinâmica os sujeitos pedagógicos diretamente envolvidos no processo social de produção do conhecimento.

No seio de tal coisificação, compreender as características do fetichismo da categoria abrangente mercadoria contribui para entender o fetichismo da categoria específica conhecimento. Talvez seja mais plausível falar em termos de categoria combinada conhecimento-mercadoria.

O fetichismo da mercadoria e a reificação da personificação social, segundo Marx, resultam das contradições de um movimento unitário que engloba as relações de produção e as formas sociais que lhes correspondem. Dessa forma, discutiremos o problema abstrato da fetichização das mercadorias (categoria abrangente) e, em seguida, a concretude de tal fetichização, tomando como referência o conhecimento (categoria específica). Retomemos, então, à problemática do fetichismo da mercadoria.

O ser humano é confrontado com o fetichismo da mercadoria e com a reificação da personificação social nas sociedades capitalistas. Segundo Marx, “o caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso, tampouco do conteúdo das determinações de valor” (Marx, 1985: 70), mas da autonomização das coisas objetivadas pelos produtores que, na modernidade capitalista, assume a forma de mercadoria. Conseqüentemente, o conhecimento tende a ser mistificado quando assume a forma de mercadoria, quando se objetiva nas relações sociais de produção como conhecimento-mercadoria. Por essa razão, é importante explicar como ocorre esse processo. A mistificação é explicada por Marx quando a forma mercadoria exerce o seu império através da personificação das formas sociais pelas pessoas.

Marx rejeita a possibilidade de as formas de sociabilidade orientadas pelo valor de uso se sujeitarem ao fetichismo da mercadoria. No processo dinâmico das sociedades em que



as “comodidades”<sup>11</sup> ainda não adquiriram proporções dominantes, as relações de produção e as formas sociais a elas vinculadas não podem desenvolver o fenômeno fetichista, pois os produtores ainda não foram expropriados dos meios necessários à reprodução da existência. Conseqüentemente, a produção e apropriação social do conhecimento ainda não foi expropriada pelo capital, centralizada e concentrada sob o seu controle. Nas sociedades pré-capitalistas eles produzem para si, para a subsistência. Neste contexto, o conhecimento necessário à reprodução da vida é transparente aos olhos dos produtores e não há exclusividade em sua produção e apropriação.

Essa realidade muda quando entram em cena as determinações sociais da reprodução sociometabólica do capital, aquelas que inauguram propriamente a era da modernidade capitalista. Marx enumera os motivos que impedem o fetichismo de se manifestar antes da modernidade capitalista. Nas sociedades pré-modernas predominavam as seguintes características: (1º) o trabalho funcionava como extensão do organismo humano; (2º) o número de horas de trabalho era definido pelas necessidades imediatas de subsistência; (3º) o fato de existir excedente econômico não determina a autonomização do produto do trabalho como mercadoria, apenas explicita o caráter de sociabilidade decorrente da evolução do trabalho humano. Como esclarece Marx.

Primeiro, por mais que se diferenciem os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, qualquer que seja seu conteúdo ou forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos;

Segundo, quanto ao que serve de base à determinação da grandeza de valor, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, a quantidade é distinguível até pelos sentidos da qualidade do trabalho. Sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento;

Finalmente, tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também uma forma social (Marx, 1985a: 70).

Marx se pergunta: “de onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria”? (Marx, 1985a: 70). A resposta é categórica: da própria forma social da mercadoria.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho

---

<sup>11</sup> Empregamos esse termo conforme Mandeville (2001) o entende. As comodidades são formas sociais que trazem o conforto social, bem-estar etc.

como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas, metafísicas ou sociais<sup>12</sup>. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo [biológica, fisiológica], mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho [social] (Marx, 1985a: 71).

O fato de o fetichismo poder ser observado, com maior evidência, nas formas sociais das relações de produção das mercadorias, não torna a produção de mercadorias imune à dinâmica fetichista. É esta, segundo Marx, a força propulsora do fetichismo. De qualquer modo, ambas as esferas: relações de produção e formas sociais das mercadorias, compõem, organicamente, a dinâmica do fetichismo e da reificação; seja porque elas constituem a estrutura do sistema mercantil, sem as quais o sistema não poderia existir, seja porque são as vias fundamentais que ligam e obstruem, ao mesmo tempo, os fluxos das relações sociais do sistema, permitindo a reprodução e a continuidade do mesmo. Portanto, tais esferas são mediações orgânicas que dão materialidade à objetividade do fetichismo e da reificação.

Os produtores, vinculados à modernidade capitalista, vêem as mercadorias como objetos e coisas dotadas de vida própria; são coisas e utilidades necessárias à reprodução material e espiritual da sua existência, mas que lhes parecem autônomas e capazes de livre-arbítrio, que transcendem às suas vontades e formas de controles, como se elas tivessem uma história independente das suas. Mais do que isso, como se as mercadorias determinassem as suas vidas, mesmo que a contragosto. Assim, os produtores vivem num mundo estranho criado por eles próprios.

De uma outra perspectiva, os proprietários dos meios de produção vêem os produtores como recursos e insumos de um consumo produtivo, como forças de trabalho acabada, enriquecidas por um processo educativo que atesta esse enriquecimento através da concessão de certificado. O certificado sintetiza o valor da força de trabalho, representa a

---

<sup>12</sup> Marx entende a objetividade dos vínculos sociais, na modernidade capitalista, como traço característico do fetichismo. Este não resulta de qualquer falha orgânica ou subjetiva do ser humano: “a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. [E continua] no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas” (1985a: 71). Importa ressaltar essa relação destacada por Marx entre os sentidos humanos, orgânicos ou biológicos – que também podemos compreender como interioridade –, e as ‘formas objetivas’, o mundo externo ou o outro – que podemos compreender como exterioridade, o social.

apropriação de conhecimentos que qualifica a força de trabalho para o exercício de uma função profissional. Dessa forma, as profissões são nomes atribuídos pelas unidades<sup>13</sup> de produção/apropriação social do conhecimento às forças de trabalho acabada e prontas para serem convertidas em capital variável. O certificado é a coisa da qual a força de trabalho é proprietária para, mediado com essa coisa que é o certificado, negociar um valor comercial da força de trabalho. Aos olhos dos proprietários de capital, o profissional aparece dissociado e alheio ao processo das relações de produção e apropriação social do conhecimento, um processo que pouco lhe interessa; o que importa é o resultado que obterá com a força de trabalho acabada, pronta a lhes servir no objetivo de valorização do capital. E, para ambos, produtores e capitalistas, são as forças do mercado que determinam que assim seja<sup>14</sup>.

Nessa determinação o produtor assalariado do conhecimento é visto como coisa cuja peculiaridade é produzir. Para tanto, é necessário combinar força de trabalho com outros recursos, que não é nada mais do que – produzir com fins de expropriar.

Estas reflexões foram as que buscamos empreender ao chamar a atenção sobre o processo de apropriação e produção social do conhecimento no contexto do capitalismo contemporâneo, demonstrando que o conhecimento conduz a um processo de “enriquecimento” da força de trabalho ao mesmo tempo que é fetichizado e expropriado pelo capital nos processos em que se utiliza o trabalho pedagógico nas unidades culturais e sociais.

---

<sup>13</sup> Essa expressão é concebida por Gramsci como “unidades culturais sociais” (GRAMSCI, 1985, p. 136 ss).

<sup>14</sup> Esse mesmo metabolismo que observamos ocorrer com a categoria abrangente mercadoria ocorre com a categoria específica conhecimento. A hierarquia entre os sujeitos socioeconômicos e entre os sujeitos pedagógicos, o controle do Estado e do capitalista que atua no processo de produção/apropriação social do conhecimento, os critérios de avaliação do enriquecimento da força de trabalho potencial dos discentes centrados no indivíduo, os certificados como atestado comprobatório do enriquecimento da força de trabalho, aparecem determinados pelo mercado. Determinações a que burocratas, capitalistas, força de trabalho acabada do docente e a força de trabalho potencial do discente não podem fugir, senão se submeter e se sujeitar.

### 3- Referências

BECKER, B. F. *Human capital: a teorical and empirical analysis with special reference to education*. Columbia, s. ed., 1964; SCHULTZ, T. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962; SCHULTZ, T. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, vol. I, 2000.

FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

\_\_\_\_\_. *A Concepção Dialética da História*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_. *Antologia*. Lisboa: Estampa, vol. II, 1974.

\_\_\_\_\_. El instrumento de trabajo. In: *Antologia*. Lisboa: Estampa, vol. II, 1974, p. 66-71.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização

GRAMSCI, Antonio & BORDIGA, Amadeu. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HODGSKIN, T. *A defesa do trabalho contra as pretensões do capital ou a improdutividade do capital demonstrada em relação às presentes associações de jornalheiros*. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, (Coleção *Os Economistas*), 1986, p. 289-336.

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1989.

MANDEVILLE, B. *La fabula de Las Abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública*. México: Fondo de Cultura Económica, Primera Reimpresión, 2001.

MARX, K. – *O capital: crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, (Coleção *Os Economistas*), 1985a, V. 1, Tomo 1 e 2. Tradução de: Jacob Gorender.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a. Tradução de: Reginaldo Sant'Anna de.

SCHAFF, A. *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*. 4ª ed. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1995.